

## Ensino médio: o desafio do ensino da língua inglesa

\*Prof. Paulo Cardim

*"Ensinar exige rigorosidade metódica" (Paulo Freire)  
"Avaliar também" (Paulo Cardim)*

Tramita na Câmara dos Deputados Projeto de Lei nº 6.840, de 2013, que propõe alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB, para instituir a jornada em tempo integral e dispor sobre as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio. Esse PL está sob análise da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI).

Em postagem neste Blog, no último dia 15, abordamos esse projeto sobre a ótica da secretária executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, que advoga alterações no referido PL 6.840, ao tempo em que define o ensino médio como uma das prioridades do ministro Mendonça Filho.

Entre outras propostas, o PL nº 6.840/2013 pretende alterar a carga horária mínima anual do ensino médio para 1.400h, contra as atuais 800h, ou seja, passar a carga horária mínima do curso de 2.400h para 4.200h, em tempo integral. Sobre a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** para o ensino médio dispõe entre seus componentes e conteúdos obrigatórios, o estudo da língua portuguesa, da matemática, do conhecimento do mundo físico e natural, da filosofia, da sociologia, da realidade social e política e "uma língua estrangeira moderna, além daquela adotada na parte diversificada, conforme dispõe o art. 26, § 5º". Esse parágrafo determina que a escolha dessa disciplina diversificada seja escolhida pela comunidade escolar, "dentro das possibilidades da instituição".

Sobre o ensino obrigatório de uma língua estrangeira moderna, o art. 6º do referido PL dispõe que "deverá ser implantado no prazo de três anos a contar da publicação desta Lei".

Em novembro do ano findo, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) organizou, em Manaus, uma de suas reuniões periódicas e um seminário com o objetivo de sugerir alterações no PL nº 6.840/2013. Além dos secretários estaduais de Educação, participaram do evento coordenadores de ensino médio de todas as regiões do país e a então diretora executiva da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), do Estado de São Paulo, **Maria Helena Guimarães de Castro**, convidada como observadora.

Nesse evento, os membros do Consed defenderam a inclusão da língua inglesa como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio, além de outro idioma estrangeiro opcional, como prevê o referido § 5º do art. 26 da LDB. Essa proposta mereceu reação de parte dos coordenadores regionais.

Diante do impasse, a moção caminhava para ser recusada ou postergada, quando houve a interferência inusitada de um elemento estranho, que colaborava nas atividades de apoio. Essa história, publicada pela mídia, à época, foi recontada, com a verve que lhe é peculiar, por Claudio de Moura Castro, em sua coluna da revista *Veja*, edição da semana passada (nº 34, p. 34).

Esse participante era o garçom Ismael Ribeiro que, com a autorização dos dirigentes do seminário disse o seguinte:

*Quero que meu filho viaje, que estude fora. Infelizmente, não tenho como financiar seus estudos de inglês em curso particular. Também não posso ir com ele para servir de tradutor. Para mim é claro: a escola tem de ensinar inglês a todos.*

*Aqui, no hotel, o argentino fala inglês comigo. O alemão também fala inglês. O francês pede suas bebidas em inglês. O japonês também se comunica em inglês. Todos falam inglês. Como é possível que meu filho não aprenda inglês na escola?*

Essa manifestação de um garçom, conectada com a realidade, foi decisiva para que os membros do Consed deliberassem sobre a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa no ensino médio, com a aprovação da atual secretária executiva do MEC, **Maria Helena Guimarães de Castro**, então diretora executiva da Fundação Sead, presente como observadora, quando afirmou: "Sem o inglês, os nossos jovens não têm nenhuma possibilidade na vida. Pode haver outras línguas, mas o inglês é o mínimo".

O ensino da língua inglesa na educação regular, nos anos finais do ensino fundamental ou no ensino médio, é um desafio para as autoridades educacionais. Como vem sendo ministrado há anos, pela grande maioria das escolas, não oferece condições reais de aprendizado do inglês. O próprio garçom, segundo registros da época do evento, lamentou: "esse inglês que está hoje na sala de aula, pode tirar, porque ninguém sai falando nada".

Não basta, portanto, incluir a língua inglesa como disciplina obrigatória no ensino médio, há que se estabelecer novos parâmetros, currículo e avaliação periódica das licenciaturas de letras que oferecem habilitações em língua estrangeira. São essas licenciaturas que formam os professores de inglês e outros idiomas para a educação básica.

Por outro lado, a mínima quantidade de aulas ministradas atualmente não oferece aos professores de inglês condições favoráveis para o desenvolvimento de conteúdos indispensáveis à plena aprendizagem de qualquer idioma estrangeiro. A proposta do PL nº 6.840/2013, em tramitação na Câmara dos Deputados, que altera a carga horária mínima anual do ensino médio de 2.400h para 4.200h, em regime de tempo integral, pode ser uma das soluções para o real aprendizado da língua inglesa nesse nível educacional.

Na comunidade acadêmica de qualquer instituição de ensino superior do País, na graduação e na pós-graduação, observa-se que uma expressiva maioria dos alunos não domina a língua inglesa, indispensável para as

pesquisas bibliográficas ou virtuais, via internet, a partir da graduação e para a participação em cursos de mestrado e doutorado. O “Ciências sem Fronteiras” identificou esse problema, com a maioria dos estudantes desse programa.

A simples inclusão da língua inglesa como disciplina obrigatória no ensino médio, por lei ou pela Base Nacional Comum Curricular, não resolverá o problema da aprendizagem para o domínio desse idioma, a fim de habilitar o egresso desse nível de ensino a prosseguir, com sucesso, os estudos superiores. Outras medidas, de maior profundidade, como o aumento da carga horária semanal do Inglês e a formação dos professores desse idioma, nas licenciaturas, devem ser tomadas com a maior brevidade pelo Ministério da Educação.

***“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.***

***“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor por tão nobilitante tarefa”.***

***Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim***

***Diretor da Escola Normal “Caetano de Campos”***

***Educador e Inspetor de Alunos, 1909***

***Irmão do fundador do***

***Centro Universitário Belas Artes de São Paulo***